

Por Jéssica Carvalho (\*)



É sabido que a pandemia da Covid-19 prejudicou diversos setores da economia, tendo fechado empresas e negócios que antes faziam sentido e passaram a ser vistos como obsoletos. Diante da crise, tivemos o aquecimento do e-commerce, assim como do setor de seguros, que teve alta nas vendas de apólices de vida e de previdência, segundo a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Com as mortes pela Covid-19 e, tendo em vista que as epidemias até então não tinham coberturas de seguros, a necessidade de inclusão de tais previsões se fez necessária e a pressão do mercado e da Federação Nacional dos Corretores de Seguros (Fenacor) possibilitou atender a este novo quadro situacional.

Além desta inclusão, verificou-se a necessidade de flexibilização dos contratos no que concerne a meios de pagamentos, negociação de prazos e descontos. Este é um retrato do mercado de seguros, mas poderia tratar-se de qualquer setor cuja atuação seja regulada.

Neste cenário, fica evidente a necessidade de aproximação entre as empresas e as instituições responsáveis pela regulação do respectivo setor. O lobby, que é comumente conhecido como algo associado à corrupção ou à ilegalidade, pode sim ser feito de maneira ética e legal quando defende interesses legítimos da empresa no manejo de seus negócios.

Além disso, a atuação das empresas no mercado faz seus dirigentes terem uma determinada visão que, por muitas vezes, não chegam às instituições reguladoras. Logo, tais agendas de contato entre as companhias e as respectivas reguladoras são importantes para a evolução do setor no mercado e o atendimento das necessidades da sociedade, numa parceria benéfica para todos os envolvidos.

Sendo assim, passa a ser genuíno que, além de estratégias de mercado e de marketing, conhecer os posicionamentos das instituições que regulam o mercado. Por ser constituído por pessoas, os órgãos ganham a “personalidade” de seus dirigentes. Ou seja, ideologias específicas, valores

personais, posicionamentos técnicos e políticos acabam por influenciar as direções dessas instituições. Por isso, conhecer estes direcionamentos pessoais de diretores de entes públicos e antever possíveis mudanças regulatórias é cada vez mais fundamental.

Com o objetivo de mapear estes posicionamentos, a checagem de antecedentes para Relações Institucionais e Governamentais (RIG) busca levantar dos pesquisados suas opiniões técnicas vinculadas ao setor, opiniões públicas, inclinações políticas, preferências e hábitos que possam, de alguma forma, influenciar nas tomadas de decisões da respectiva instituição reguladora ou fiscalizadora a qual estejam vinculados.

O robusto conhecimento do mercado de atuação e a possibilidade de respostas rápidas é essencial no mundo competitivo de negócios. Seja na análise de riscos, nas mudanças de direcionamentos nos negócios ou na elaboração e manutenção de contratos, as propostas devem ser feitas de forma rápida, porém de maneira cautelosa.

Sendo assim, o conhecimento sobre os membros da instituição reguladora auxilia nestes procedimentos de forma assertiva e facilita a aplicabilidade deste conhecimento aprofundado nos negócios, além de apoiar a empresa para sair à frente da concorrência.

(\*) **Jéssica Carvalho** é consultora de inteligência corporativa da Aliant, plataforma de soluções digitais para Governança, Riscos, Compliance, Cibersegurança, Privacidade e ESG.

30.05.2022